



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**  
**Gabinete da Presidência**

Memória da Reunião do Comitê Gestor de 23 de novembro de 2015

No vigésimo terceiro dia do mês de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, às 8h30, teve início a reunião do Comitê Gestor deste Instituto, com os seguintes membros participantes:

Cláudio Carrera Maretti	Presidente	Presente na reunião
Marcelo Marcelino de Oliveira	Diretor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – Dibio	Presente na reunião
Sérgio Brant Rocha	Diretor da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – Diman	Presente na reunião
Rogério Guimarães	Diretor da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - Diplan	Presente na reunião
Renato R. Sales	Diretor da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - Disat	Presente na reunião
Carlos Vitor Andrade Bezerra	Procurador Chefe Nacional - PFE	Presente na reunião
José Carlos Moreira Pereira	Auditor Chefe	Ausente na reunião
Sérgio Antonio Gonçalves	Chefe de Gabinete	Presente na reunião

E como convidados:

Jorge Nadeira Nogueira	DSAV/CGUP/DIMAN	Presente na reunião
Fernando Ramos Mendes	DIPLAN	Presente na reunião

**PAUTA**

Deliberações:

- 1) Política de dados e informações sobre Biodiversidade - Portal da Biodiversidade

- 2) Emendas Parlamentares que não foram efetivadas no exercício

Informes:

- 3) Reforma Administrativa

Apresentação

- 4) Preparatória – projeto PAPP

## ASSUNTOS TRATADOS EM REUNIÃO

O presidente Cláudio Carrera Maretti, abriu a reunião e iniciou a pauta tratando das deliberações.

### **DELIBERAÇÕES:**

- 1) Política de dados - Portal da biodiversidade: O diretor da DIBIO Marcelo Marcelino fez a explanação sobre o trabalho realizado e, não havendo nenhuma objeção, apenas uma abstenção pelo diretor da DIMAN Sérgio Brant, o mesmo foi aprovado.
- 2) Emendas parlamentares que não foram efetivadas no exercício: informados que existem processos relativos a emendas parlamentares que não foram efetivadas, ficou deliberado que os referidos processos serão arquivados e, se possível, serão realizadas gestões junto ao legislativo para que possam ser inseridas posteriormente. Ficou, ainda, deliberado, por unanimidade, que as emendas parlamentares não serão absorvidas no orçamento do instituto.

### **INFORME:**

3) Reforma administrativa: O presidente Maretti, informou ao Comitê o estágio atual da reforma administrativa que está ocorrendo em todo governo federal e, em especial, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Informou, ainda, que o diretor da DIPLAN e o chefe de gabinete estiveram no Ministério do Planejamento, em reunião com a Secretária substituta da SEGEP, iniciando as tratativas relativas ao Instituto. O diretor da DIPLAN informou dos últimos movimentos onde ficou caracterizado que o Planejamento está aguardando que a nossa proposta atenda as diretrizes que eles determinaram. Nesta mesma reunião com a SEGEP tivemos a informação que o MP está apontando para um corte maior, sendo 34 DASs e não 25 como o havíamos sido avisados. O diretor concluiu comunicando que haverá novas reuniões com a SEGEP/MP na próxima quarta-feira (25), com a presença do presidente do instituto. O presidente informou que os Coordenadores Regionais estão também opinando.

### **APRESENTAÇÃO:**

3) Preparatória – projeto PAPP: O presidente informou que para este ponto de pauta convidou os coordenadores regionais, que quisessem, para que participassem por videoconferência. Continuando, fez breve relato pautando o objetivo que é a preparação para a reunião do Conselho Gestor do PAPP, que ocorrerá na Secretaria Executiva do MMA, no próximo dia 25, e que estamos em uma fase importante de levantamento das UCs para verificação dos potenciais. Foi passada a palavra para o servidor Fernando Mendes que fez relato sobre as expectativas da reunião, onde o IBAMA e o executor do projeto esperam que levemos nossas propostas, e neste sentido destacou que acredita ser relevante o POA 2015/2016. O servidor Jorge Madeira, comentou sobre o patrocínio financeiro que é do BID e, sobre os demais parceiros que são o IBAMA e a CAIXA. Destacou que existe a necessidade de se assinar o ACT que está em análise na PFE. O procurador-chefe Carlos Vitor, esclareceu que estão com deficiência de procuradores, o que acarreta acúmulo de trabalho, e que a procuradora Regina Célia, que estava cuidando do processo está sendo removida para outra unidade. Mesmo com tudo isso, informou, também, que na sexta-feira passada foi concluída a análise e o processo foi tramitado. Fez observações do cuidado que deve haver no

monitoramento das ações que estão e serão desenvolvidas no projeto. Destacou, ainda, que o IBAM deve manter sua independência no projeto pois o BID é quem o trás como parceiro no projeto. Na sequência, o servidor Jorge madeira comentou que um dos produtos que está sendo realizado é a visão geral, a situação econômica e de gestão da Ucs e, que existem dificuldades para o levantamento dos dados, necessitando, assim, que os levantamentos sejam aprofundados junto as áreas. O diretor da Diman Sergio Brant, comentou que a planilha de levantamento de dados deve ser adequada para que não se perca tempo com dados que não sejam relevantes. Continuando a apresentação, foi tratado do Produto 2, que é a caracterização dos instrumentos legais para gestão de Ucs. O Produto 3, prevê a definição de projetos “pilotos ou demonstrativos”. Comentou quanto a possibilidade de se antecipar o estudo, e que caso assim, o, seja, estaríamos pulando um dos fatores que seria o ranqueamento da UCs. Aguardam definição. Observou que, também, é necessária definição do estudo do marco regulatório. O presidente Maretti, reafirmou que o avanço do projeto PAPP não esta amarrado diretamente nestes estudo, mas, sim, que os estudos serão importantes, mas, não determinantes. O novo marco regulatório não deve impedir o avanço, e que se deve usar o existente. O presidente Maretti, abordou sobre as vantagens e desvantagens do avanço dos pilotos/demonstrativos. Apontou que temos parceiros atuais, como o BNDES e, que poderíamos avançar. O diretor da Diplan Rogério Guimarães, reforçou que as concessões atuais não estão adequadas ao instituto e que devemos avançar nos estudos e nos pilotos/demonstrativos. O diretor da Diman Sergio Brant, falou que devemos verificar e avaliar a legislação para avançarmos no que se precisa para a melhoria dos novos contratos de parceria ou concessão. Falou, também, que necessitamos em primeiro lugar ter clareza do que queremos e analisarmos os potenciais, para depois propormos a legislação necessária. O presidente Maretti, comentou sobre as possibilidades de parcerias, tendo como exemplo a necessidade do instituto para retirada em Ucs, de pinos, búfalos, entre outros. Reafirmou que devemos ter pensamento renovado e aberto. Comentou que na visita a Fernando de Noronha em reunião com os servidores, eles se declararam que não sabem como gerir um contrato de concessão. Isso é um problema do instituto que precisa se preparar. Destacou, também, que temos ausências de instrumentos/protocolos para muitas atividades atividades. O procurador-chefe Carlos Vitor, comentou que especificamente para os pinos, já existem modelos e protocolos, que funcionam. Falou que a experiência das últimas consultorias não foram exitosas e, que as consultorias apenas organizam a informação, propondo muito pouco e, isso, poderia se feito por um técnico administrativo do próprio instituto. Falou, também, dos recursos financeiros gastos com essas consultorias. Reforçou o acúmulo de experiências e informações que já existe no MMA e na AGU. O diretor da Diman Sergio Brant, reagiu, destacando a importância de agentes externos para que nos ajudem e apontem novas formas e estratégias. Lembrou que neste caso específico, os recursos que estão sendo usados para o projeto são de doação do BID. O diretor da Diblio Marcelo marcelino, reforçou a importância dos pilotos/demonstrativos que irão trazer novas informações que ajudaram na tomada de decisões. O procurador-chefe Carlos Vitor, falou que como os recursos estão escassos os últimos trabalhos não trouxeram ganho qualitativo. Isso demonstrou que não temos conseguido pedir corretamente os produtos, ou, as consultorias estão aquém do que necessitamos. O presidente Maretti, reforçou que devemos trabalhar melhor com a AGU, trabalhar melhor com as informações e acompanhar melhor os produtos das consultorias, como, também, termos maior atenção aos TRs e ao seu monitoramento. Solicitou, que quanto ao adiantamento, ou não, das etapas do projeto o Comitê Gestor deve se posicionar. Comentou sobre a Serra da Capivara, entre outras Ucs que podem e devem ser vistas como prioridades. Falou que devemos ter maior atenção na elaboração dos TRs para que possamos ter estudos e produtos claros e bem direcionados. Conclui o tema informando

que não estão sendo solicitadas, neste momento, antecipações de produtos, mas que devemos dar prioridade no acompanhamento mais intensivo dos trabalhos das consultorias. Finalizou a reunião, agradecendo a participação de todos e, em principal as CRs. A reunião foi encerrada as 12h30.

X.X.X.X.X.XXX